

**AUTORIZAÇÃO SUPRESSÃO E DESTOCA DE VEGETAÇÃO Nº 134/2025**

A Secretaria de Meio Ambiente de Uberaba – SEMAM, encarregada de implantar a Política Municipal de Meio Ambiente, fazendo cumprir a Legislação Ambiental vigente, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e pela Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, **AUTORIZA A SUPRESSÃO E DESTOCA VEGETAL** conforme especificado abaixo:

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO

01/12121/2024

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**2.1. NOME:** Maria da Graça Martins de Camargos**2.2. CNPJ/CPF:** 012.832.736-75**2.3. ENDEREÇO:** Travessa Coronel José Ferreira, nº 200, apto 800, Jardim Alexandre Campos, CEP: 38.010-320; Uberaba-MG.**3. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA INTERVENÇÃO REQUERIDA****3.1. NOME:** Fazenda Linda Flora e Ouro Verde**3.2. Matrícula(s):** 97.742, 97.743, 97.744, 97.745, 97.746, 97.747, 97.748, 97.749, 97.750 e 97.751

3.3. ENDEREÇO: Seguir pela BR 050, sentido Uberlândia, pegar a saída 116, sentido Usina Vale do Tijuco, seguir até a rotatória de acesso a usina, então prosseguir sentido sudeste na estrada rural, por 4,3 km e virar à esquerda, seguir por 3,46 km e virar novamente à esquerda até a Fazenda Linda Flora e Ouro Verde.

4. DADOS DA SUPRESSÃO

Serão suprimidas somente árvores isoladas, de acordo com Decreto nº 47749 de 11/11/2019 em seu artigo 2º, inciso IV.

4.1. MOTIVO DA SUPRESSÃO:

Ampliação da fronteira agrícola da propriedade, para atividade com código G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura.

4.2. ASPECTO FITOFISIONÔMICO:

Cerrado, dos subtipos Cerrado Típico e Cerrado Denso

4.3. INTERVENÇÃO EM APP:

NÃO

4.4. AMOSTRAGEM/METODOLOGIA**TIPO****QUANTIDADE**

ÁRVORES ISOLADAS
MÉTODO DE CENSO (100%)

Nativas

2.411

Exóticas

Ipês-amarelos

171

Pequizeiros

01

Palmeiras

Mortas

TOTAL AMOSTRADO:

2.583

TOTAL ARBÓREOS A SER SUPRIMIDO:

2.583

4.6. ÁREA DE SUPRESSÃO

ÁRVORES ISOLADAS (ha):

62,8605

4.7. COORDENADAS DA ÁREA DE SUPRESSÃO:

FUSO:

22 K

ÁRVORES ISOLADAS

LATITUDE (Y):

7848761.69 m S

LONGITUDE (X):

795055.75 m E

4.8. INDIVÍDUOS ARBÓREOS A SEREM PRESERVADOS:

(X) NÃO

() SIM

QUANTIDADE:

5. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO**5.1 ÁRVORES ISOLADAS**

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de Floresta Nativa	50,57	m³
Madeira	Madeira de Floresta Nativa	22,68	m³
Total Isoladas	Lenha + Madeira	73,25	m³

5.2 DESTINAÇÃO

No Projeto de Intervenção Ambiental foram elencadas duas possibilidades:

1) Uso interno no imóvel ou empreendimento; 2) Incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

5.4. OBSERVAÇÃO:

Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extraído, e a seus resíduos, oriundo de intervenção ambiental autorizada.

§ 1º O aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos florestais oriundos de intervenção ambiental autorizada no Estado poderá ser feito:

I - na mesma propriedade na qual a intervenção ambiental foi autorizada, de todas as formas previstas nos incisos XX e XXIX do art. 2º, admitida a incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*;



II - como comercialização de produtos e subprodutos a terceiros;

III - como doação de produtos e subprodutos a terceiros.

Art. 22. A madeira das árvores de espécies florestais nativas de uso nobre, definidas em ato normativo do IEF, não poderá ser convertida em lenha ou carvão, sendo vedada ainda a sua incorporação ao solo.

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102 de 26/10/2021, Art. 30. Para fins de aplicação do art. 22 do Decreto nº 47.749, de 2019, entende-se por madeira de árvores de espécies florestais nativas de uso nobre a madeira proveniente de quaisquer espécies florestais nativas, aptas à serraria ou marcenaria, que permita seu aproveitamento na forma de madeira em toras na fase de extração.

6. COMPENSATÓRIA**6.1. LEGISLAÇÃO RELACIONADA:**

- Lei Estadual nº 20.308/2012
- Decreto Estadual nº 47.749/2019
- Lei Municipal Complementar 389/2008
- Deliberação Normativa COMAM nº 10 de 13/12/2017
- Convênio de Cooperação Técnica SEMAD/IEF/UBERABA nº 1370.01.0009/2019-33

6.2 PARÂMETROS PARA A REPOSIÇÃO FLORESTAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL TOTAL (ha):	62,8605
RENDIMENTO LENHOSO TOTAL (lenha +madeira) (m³):	73,25
RENDIMENTO LENHOSO TOTAL DAS ESPÉCIES NATIVAS (m³):	69,22
PROPORÇÃO DA REPOSIÇÃO PARA PLANTIO (6 árvores:1m³):	415 indivíduos a serem plantados
VALOR DA REPOSIÇÃO (lenha +madeira):	R\$ 2.297,13

6.3 MODALIDADE DEFINIDA PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Lei nº 20.922/2013 e o Decreto nº 47.749/2019, nos termos do art. 114, §1º, III, o requerente optou pelo recolhimento à conta de Arrecadação da Reposição Florestal, para cumprimento da compensação ambiental.

Lenha nativa + Madeira nativa	DAE nº:	1501353335435
-------------------------------	---------	---------------

7. CONDICIONANTES**ESPECIFICAÇÃO DAS CONDICIONANTES****PRAZOS PARA**

7.1. CONDICIONANTE 01: Informar à SEMAM a <u>data de efetivação da supressão</u> , para fins de contagem de prazos das demais condicionantes.	30 dias após a supressão.
7.2. CONDICIONANTE 02: Comprovar <u>destinação final adequada do material lenhoso</u> , por meio de relatório técnico com memorial fotográfico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, mostrando e descrevendo o processo de supressão, a estocagem do volume lenhoso antes da destinação e a destinação final em <u>todas as modalidades escolhidas</u> , de acordo como Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Além disso, caso o volume seja destinado para fora da propriedade, apresentar toda a documentação referente ao transporte e destinação final do volume lenhoso doado, comercializado ou destinado ao aterro sanitário. <u>Os certificados e outros documentos pertinentes de destinação final do material lenhoso devem estar expressos em "metros cúbicos-m³", uma vez que é a unidade utilizada na autorização</u> .	30 dias após a supressão.
7.3. CONDICIONANTE 03: <u>Executar medidas físicas e vegetativas de controle dos processos erosivos presentes no empreendimento</u> . Apresentar relatório técnico com memorial fotográfico, com ART de profissional habilitado, conclusivo sobre esta condicionante.	De imediato e enquanto durarem as atividades. Relatório conclusivo: 30 dias após o término das intervenções ambientais.
7.4. CONDICIONANTE 04: Adotar as medidas mitigadoras elencadas no Relatório Técnico de Intervenção Ambiental, bem como outras medidas que se fizerem necessárias.	De imediato e durante toda a vigência da autorização.

8. LOCALIZADO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA: NÃO



Figura 1 - Localização do empreendimento em Uberaba-MG (marcador em amarelo), que está fora dos limites da Área de Preservação do Rio Uberaba - APA. Em branco, limite do município e seu perímetro urbano. **Fonte:** SEMAM / Google Earth, 2025.

9. IMAGENS DO LOCAL

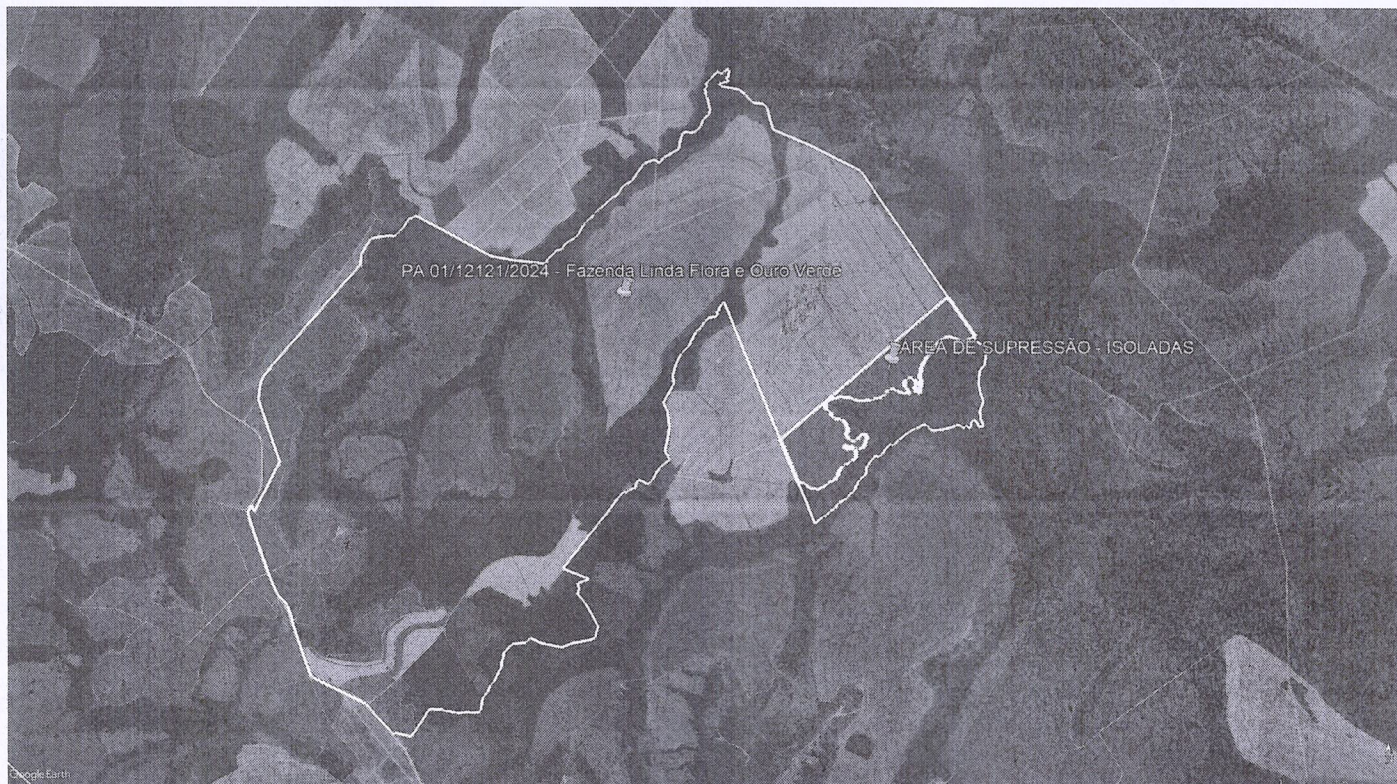


Figura 2 - Fazenda Linda Flora e Ouro Verde, destacando-se a área de intervenção ambiental, para viabilizar a expansão das atividades agrossilvipastoris no empreendimento: supressão de árvores isoladas (delimitação em branco). **Fonte:** SEMAM / Google Earth, 2025.

10. FOTOS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

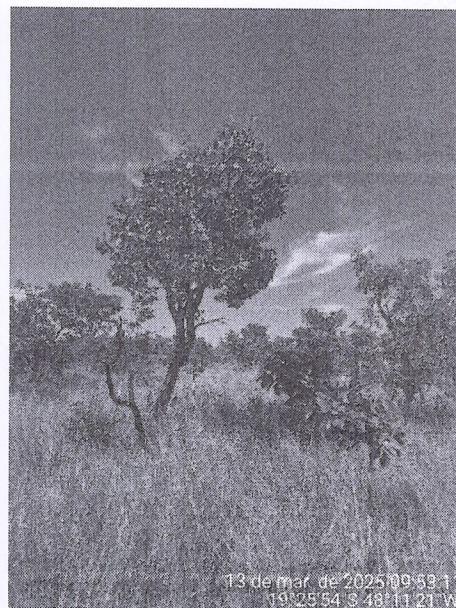
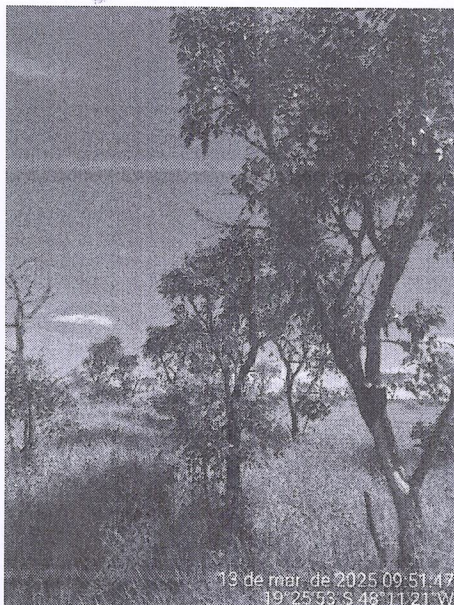
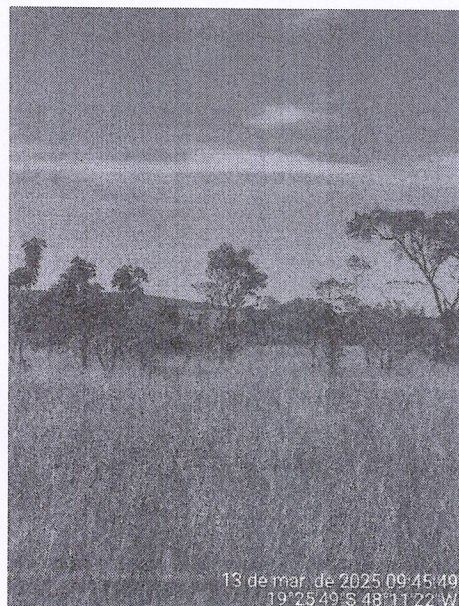


Figura 1 – Vista parcial da área de intervenção ambiental na Fazenda Linda Flora e Ouro Verde. Fonte: SEMAM, 2025.

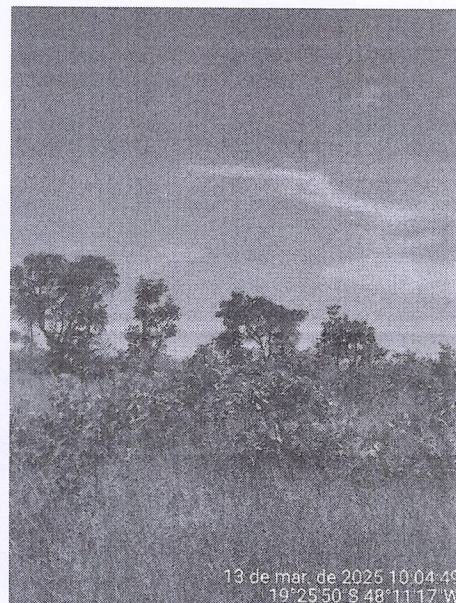
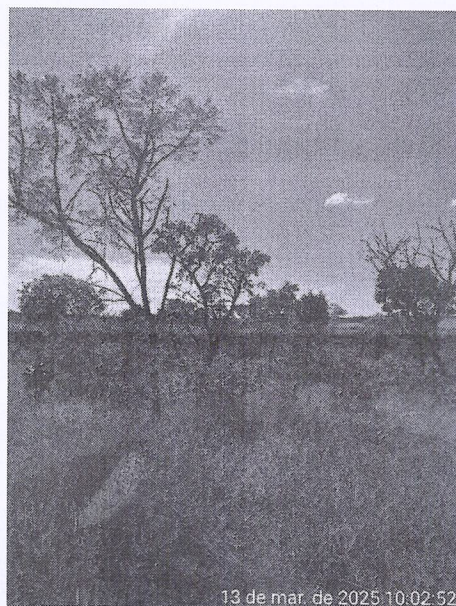
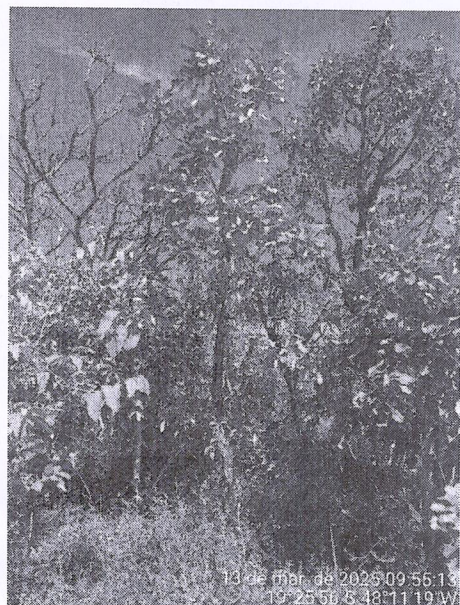


Figura 4 – Vista parcial da área de intervenção ambiental na Linda Flora e Ouro Verde. Fonte: SEMAM, 2025.

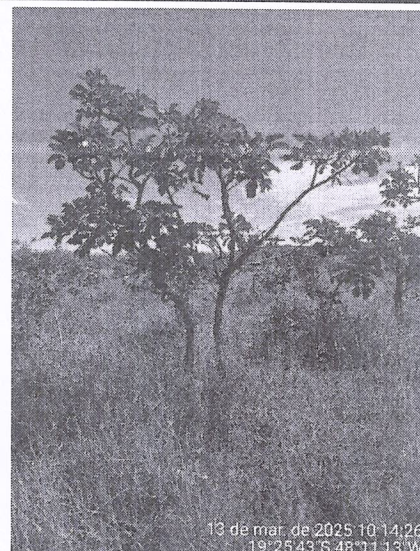
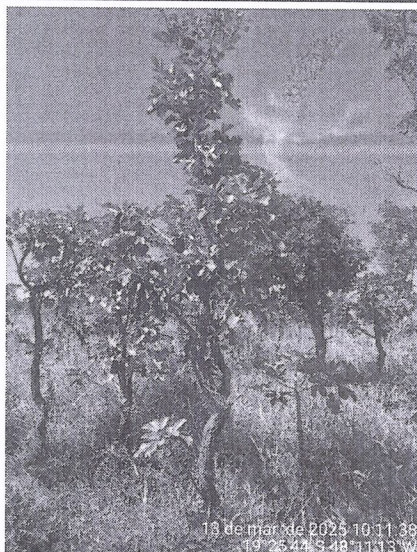
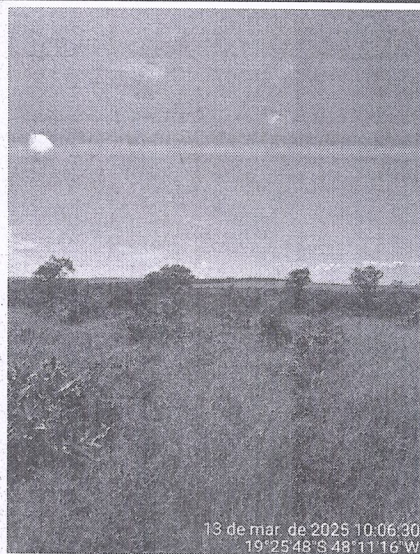


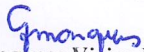
Figura 5 – Vista parcial da área de intervenção ambiental na Fazenda Linda Flora e Ouro Verde. Fonte: SEMAM, 2025

OBSERVAÇÕES:


1. Caso sejam descobertos quaisquer tipos de áreas com restrições ambientais durante a execução do serviço, estas deverão ser respeitadas e o órgão ambiental responsável deverá ser informado.
2. Caso a destinação do material lenhoso seja diferente do que foi informado no relatório, o requerente deverá informar no processo, apresentando os comprovantes de destinação ambientalmente correta.
3. Esta autorização é válida somente se acompanhada das condicionantes listadas acima.
4. Não autoriza intervenção em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.
5. Esta autorização não dispensa nem substitui a necessidade de obtenção/apresentação, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.
6. O requerente deverá demonstrar a devida e efetiva disposição final adequada dos produtos e subprodutos florestais, oriundos ou advindos da supressão ora autorizada, de conformidade com os pressupostos consignados na legislação vigente.
7. De acordo com o Decreto Estadual nº 47.749/2019, artigo 7º, § 2º, o requerente poderá prorrogar uma única vez o prazo da autorização, por igual período, desde que a solicitação seja feita até 60 dias antes do vencimento da autorização.
8. O produto florestal a ser cadastrado no Sinaflor (Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014) deve ser aquele resultante do corte/supressão independente de necessidade de transporte além dos limites da propriedade.
9. Em caso de controle do transporte, armazenamento, consumo e uso de produtos e subprodutos florestais, no Estado de Minas Gerais seguir a Resolução Conjunta IEF/SEMAD Nº 2248 DE 30/12/2014.

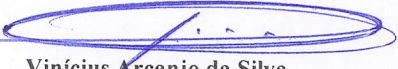
VÁLIDA POR 03 ANOS, com vencimento em 03/11/2028.


Uberaba, 03 de novembro de 2025.

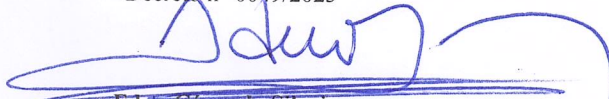

Graziella Diogenes Vieira Marques
Bióloga SEMAM - CRBio 104.511/4D

CIENTES:


Isis Daniely F. R. Ribeiro
Chefe do Depto. de Recursos Ambientais
Decreto nº 0999/2025


Vinicius Arcanjo da Silva
Secretário Adjunto de Meio Ambiente
Decreto nº 0012/2025


Letícia Rezende Giani
Assessora de Normatização e Controle Processual
Decreto nº 0049/2025


Edno César da Silveira
Secretário de Meio Ambiente
Decreto nº 0011/2025